

—☆ continuação

**Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.**

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	32.508	25.134
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	2.227	60
Depreciações e amortizações	2.536	7.954
Reversão de provisão para contingências	(113)	(269)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	411	(215)
Plano de opção de compra de ações	-	(12)
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	118	336
Assistência médica complementar	267	188
Juros sobre empréstimos apropriados	286	177
Juros sobre obrigações com poder concedente	<u>1.368</u>	<u>156</u>
	39.608	33.509
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.669)	(1.649)
Estoques	119	(372)
Ativo fiscal corrente	45	802
Depósitos judiciais	(909)	260
Outros ativos	135	(146)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(408)	1.147
Salários e obrigações sociais	382	(25)
Impostos, taxas e contribuições	519	(242)
Outros passivos	<u>(17)</u>	<u>(339)</u>
	34.805	32.945
Pagamentos obrigações com o poder concedente	(1.769)	(1.151)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.006)	(5.430)
Baixa de contingências por pagamento	(291)	(577)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>25.739</u>	<u>25.787</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de bens do imobilizado	(44.348)	(709)
Valor de alienação de bens do imobilizado	70	-
Aumento do ativo intangível	(31)	-
Juros sobre empréstimos capitalizados	671	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(43.638)</u>	<u>(709)</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimos captados	21.178	-
Pagamentos de empréstimos	(4.287)	(1.527)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	85	(351)
Juros pagos por empréstimos	(741)	(180)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>16.235</u>	<u>(2.058)</u>
<b>(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>(1.664)</u>	<u>23.020</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.188	2.168
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>23.524</u>	<u>25.188</u>
<b>(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>(1.664)</u>	<u>23.020</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional: a) Informações gerais:** A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi a prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033. A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social. **b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP:** A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$18,78 por contêiner cheio movimentado, R\$3,78 por contêiner vazio movimentado e R\$1,88 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em

parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - provisão para perdas de crédito esperada; • Notas explicativas nº 9 e 10 - vida útil dos ativos; • Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis; • Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro; • Nota explicativa nº 20 - mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral

continua—☆